

## 140 Mineração na mira

# Chacina leva mineradora a abandonar Mato Grosso

O presidente de uma das principais empresas de mineração privadas do Brasil, a Paranapanema, Otávio Lacombe, disse ontem que a companhia está desistindo de todos os seus projetos de pesquisa e produção mineral no Estado de Mato Grosso, em razão da falta de segurança e de garantias aos empreendimentos da parte do Governo estadual.

A Paranapanema desenvolve pesquisa e lavra de ouro no município de Alta Floresta, onde já havia gasto cerca de US\$ 50 milhões, inclusive com a construção de estradas e vilas residenciais na área da mina. Foi em Alta Floresta que 150 homens armados invadiram, no dia 4 passado, a área da Jarua Mineração S/A e executaram, com requintes de crueldade, três funcionários da empresa. Lacombe afirmou que sua empresa está concentrando agora suas atividades no Estado do Amazonas, onde o Governo dá garantias às mineradoras.

A morte destes três funcionários da Jarua Mineração foi tratada ontem no Conselho Superior de Minas, que aprovou

proposta do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para que coloque um assistente jurídico para acompanhar o inquérito junto à Justiça do Estado do Mato Grosso.

Segundo relato da Jarua Mineração, as invasões de sua área, com decreto de lavra de 28 de abril de 1987 para 15 mil hectares, começaram no dia 18 de março deste ano, quando 60 homens armados liderados por Henrique Angolano renderam todos os funcionários, roubaram o rádio e as armas da segurança e determinaram o fim dos trabalhos.

A empresa apelou então à Justiça, que enviou a Polícia Militar para libertar os reféns, prendendo os líderes em flagrante e instaurando um inquérito policial. Neste inquérito foram determinadas as responsabilidades de dois empresários de garimpos: Marinho Esteves e Antônio Cardoso da Silva, e implicadas empresas compradoras de ouro de Alta Floresta, com a chefia de cinco pessoas: Henrique Manoel Anado Lourenço, Valberto Alves de Souza, Luiz Alves Ferreira e Luiz Cabeza. Até hoje

não houve denúncia dos acusados.

Em 15 de abril, o juiz de Alta Floresta, Ciro Miotto, reduziu a área de lavra de 15 mil para 580 hectares, deixando as áreas mineralizadas para os garimpeiros, do que resultou nova invasão e ameaças de que se perdessem a causa "eliminaríamos todos e quebraríamos toda a estrutura da empresa". A Jarua, no entanto, entrou no último dia 2 com petição na Justiça Federal, para fazer valer os seus direitos, obtendo uma liminar favorável, determinando a desocupação da área pelos garimpeiros.

Com a liminar, afirma a empresa que "misteriosamente a juíza municipal mandou retirar o oficial de justiça da área", e a partir das 14 horas do dia 3 a mineradora ficou desguarnecida de autoridade policial, apesar da presença de 150 homens fortemente armados nas imediações, e das ameaças. No dia seguinte houve então a invasão e a execução de três chefes de área com tiros de espingarda calibre 12 na cabeça.

## Constituinte inviabiliza setor

O diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), José Belfort dos Santos Bastos, disse ontem que se aprovadas as modificações na estrutura tributária do setor mineral do projeto de Constituição, a mineração nacional se tornará inviável e a consequência será o fechamento das minas, seja de empresas estatais, de capital nacional privado ou multinacional.

Por isso, Belfort disse que o Conselho Superior de Minas aprovou ontem proposta para que seja enviado à Constituinte documento sugerindo a manutenção do sistema atual de tributação na mineração, ou seja, o Imposto Único sobre os Minerais (IUM).

Para o diretor-geral do DNPM, sem o Imposto Único, a soma dos tributos incidindo sobre as atividades minerais pode chegar a até 60% do produto mineral, tornando assim impraticável esta atividade em território nacional, sem distinção da origem do capital.

O Conselho também discutiu a tendência da Constituinte em fazer incidir o ICM sobre os bens minerais. Segundo Belfort, se isto for aprovado haverá uma quebra na unicidade fiscal, pois as alíquotas deverão variar de Estado para Estado. Além disso, a produção e a comercialização de minérios ficarão sujeitas a outros impostos e taxas estaduais e municipais.

Desta forma, um projeto cuja viabilidade econô-

mica for calculada com base numa tributação — os projetos minerais têm, no mínimo, 20 a 30 anos de vida útil — poderá tornar-se inviável, devido à incidência posterior de outras cargas tributárias.

A ameaça ao setor mineral brasileiro, que responde, junto com o setor metalúrgico, por 20% do Produto Nacional Bruto, foi discutida ontem por uma delegação que incluía, além de José Belfort, o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, João Sérgio Marinho Nunes; o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Estanho, Samuel Hanan, e o presidente da Paranapanema, Otávio Lacombe, com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

## Empresário quer área indígena

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Estanho, Samuel Hanan, fez ontem um apelo ao ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para que modifique sua posição "política", contrária à mineração em terras indígenas, até que a Constituinte se pronuncie a respeito. O ministro, no

entanto, manteve-se irredutível e não aceitou nenhum argumento.

Segundo Hanan, a questão da mineração em terras indígenas diz respeito ao próprio futuro da produção mineral brasileira. Isto porque 20% da Amazônia são terras indígenas, cerca de 10% do território nacional. Como a

grande fronteira mineral brasileira é precisamente a Amazônia, se um quinto deste potencial ficar fora de qualquer processo econômico produtivo, isto restringiria o horizonte de seu desenvolvimento e, mais ainda, quando se verifica que há áreas indígenas ricas no Alto Rio Negro e no Território de Roraima.